

**GEORGES GURVITCH E BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS:  
CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIOLOGIA  
JURÍDICA.**

**Michelle Stürmer Vidal<sup>1</sup>; Hígor Lameira Gasparetto<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Este trabalho objetiva analisar as principais contribuições de Georges Gurvitch e Boaventura de Sousa Santos para a sociologia jurídica. Para tanto, se examina a obra dos autores eleitos, a fim de extrair as premissas básicas que servem de fundamento à sociologia jurídica, visando responder ao seguinte: Em que medida Georges Gurvitch e Boaventura de Sousa Santos contribuíram para a sociologia jurídica? Para responder a essa questão utilizou-se do método indutivo e a abordagem bibliográfica. Ao final, concluiu-se que ambos tiveram larga contribuição para a sociologia jurídica destacando elementos que apontam os reflexos da sociedade no Direito e vice-versa.

**Palavras-chave:** Direito Social; Epistemologias do Sul; Fascismo Social; Pluralismo Jurídico.

**Eixo Temático:** Direito, políticas públicas e diversidade.

**1. INTRODUÇÃO**

O Direito enquanto ciência é permeado por diversas áreas do saber e se constitui a partir de um conjunto de múltiplas interações disciplinares. Uma delas, umbilicalmente ligada ao Direito é a sociologia. A sociologia, assim, permeia o direito e forma uma de suas vertentes: a sociologia jurídica. Conforme Ana Lúcia Sabadell (2017, p. 50), a Sociologia Jurídica é um ramo da Sociologia dedicado ao estudo do Direito que “examina a influência dos fatores sociais sobre o Direito e as incidência deste último na sociedade. ou seja, os elementos de interdependência entre o social e o jurídico, realizando uma leitura externa do sistema jurídico”.

Ainda, Ana Lúcia Sabadell (2017) aponta que, nesta conjuntura, a Sociologia Jurídica examina as causas sociais e os efeitos sociais das normas jurídicas, no

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito – UFN. Endereço eletrônico: michelle.svidal@ufn.edu.br.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Direito – UFN. Endereço eletrônico: gasparetto@ufn.edu.br.

intuito de responder três questões fundamentais: por que se cria uma norma ou um inteiro sistema jurídico; quais as consequências do Direito na vida social; e quais as causas sociais da “decadência” do Direito que se manifestam por meio do desuso e da abolição de certas normas ou mesmo mediante a extinção de determinado sistema jurídico? (SABADELL, 2017, p. 50).

A partir destas premissas, o presente trabalho objetiva extrair as ideias sociológicas elementares de dois dos principais autores reputados como fundadores e contemporâneos da Sociologia Jurídica<sup>3</sup>. Georges Gurvitch e Boaventura de Sousa Santos foram os sociólogos escolhidos, o primeiro, fundador e o segundo, contemporâneo. Georges Gurvitch, de origem russa, disserta sobre o pluralismo jurídico e o direito social, enquanto Boaventura de Sousa Santos, de origem portuguesa, expõe sobre as Epistemologias do Sul e o Fascismo Social.

Desta forma, considerando a temática proposta e sua delimitação este estudo objetiva responder ao seguinte: Em que medida Georges Gurvitch e Boaventura de Sousa Santos contribuíram para a sociologia jurídica? Para enfrentar o tema apresentado e sua problemática emprega-se o método de abordagem indutivo aliado à técnica de pesquisa bibliográfica. A confecção deste estudo se justifica em virtude da importância de se entender o que os principais pensadores sociológicos nos expõem sobre a interdependência entre a sociedade e o ordenamento jurídico.

## 2. METODOLOGIA

Nesta produção utiliza-se o método indutivo cujo conceito podemos dizer que é o método no qual partimos de algo particular para uma questão mais ampla, geral. Parte-se do exame da obra dos sociólogos Boaventura de Sousa Santos e Georges Gurvitch visando alcançar premissas gerais acerca da sociologia jurídica. A técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, com a leitura da obra dos autores. O objetivo deste tipo de pesquisa é de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas

---

<sup>3</sup> Alerta-se que o trabalho não possui a pretensão de esgotar o tema. Foram elencados apenas dois autores, representando a instituição da sociologia jurídica (Gurvitch) e suas proposições contemporâneas (Boaventura de Souza Santos), mas esta ciência não se resume a eles. Ademais, elencou-se algumas de suas principais contribuições de modo que, devido ao limite espacial do trabalho, não se pretende exaurir a temática.

existentes sobre um determinado assunto ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer pesquisa.

### 3. GEORGES GURVITCH: DO PLURALISMO JURÍDICO AO DIREITO SOCIAL

Nascido em 1894, de origem russa, naturalizado francês em 1928 e falecido em 1965. Passou a dirigir o Centro de Estudos Sociológicos de Paris em 1948 e fundou os *Cahiers Internationaux de Sociologie*, também em 1928.

Suas principais obras são *Moral Théorique et Science des Moeurs* (1937) e *Traité de Sociologie* (1958-1960). Teve influência de *Leon Petrazycki* e *Eugen Ehrlich*.

#### 3.1 SUAS IDEIAS SOCIOLOGICAS

##### 3.1.1 Pluralismo Jurídico

Segundo Martins (2011), pode-se dizer que Gurvitch entende que o Direito surge da própria sociedade, não necessitando do Estado, mas apenas de fatos normativos que lhe dão existência e força obrigatória. Ou seja, pode haver direito sem Estado, assim como não existe apenas um direito, mas vários.

O direito precisa do que ele chama de fatos normativos. Os fatos normativos são fontes materiais do direito, guiados por valores jurídicos e morais. Fonte material do direito é sua matéria prima, não é o direito pronto, mas o que contribui para sua criação.

Consoantes a Vieira, Reginaldo de Souza (2020), o que converte um fato em fato normativo é sua continuidade no tempo. Desse modo, os fatos normativos representam fatos sociais detentores de valores positivos e possuem sentido de justiça. Os fatos normativos também são fontes primárias do direito. Fontes primárias são as próprias leis. Eles se opõem às fontes secundárias, que são constituídas por costumes jurídicos, analogias, doutrina, jurisprudência, entre outros.

Segundo Vieira (2020), os fatos normativos são classificados em duas espécies opostas: a) os fatos normativos de união, integração ou comunhão, que criam o direito social ou direito de integração; e b) os fatos normativos de relação ou

individualizados, que fundamentam a regras de direito individual. Ainda segundo Vieira, Reginaldo de Souza (2020), Gurvitch diferencia em seis elementos essas duas espécies de fatos normativos: a) vínculo social; b) valores morais encarnados; c) possibilidade de visão e realização de novos valores; d) variedades dos fatos normativos; e) fontes formais que os constata; f) a relação de um com o outro.

Na sociedade ativa que elabora os fatos normativos, é possível ver duas espécies de direito, o direito social/de integração e o direito individual. O primeiro é baseado na coletividade organizada, se caracterizando por uma ordem normativa integradora. O segundo, baseado na individualidade, é caracterizado por uma ordem normativa de exclusão, construído dentro do paradigma representativo, como consequência das condições sociais no contexto do liberalismo econômico.

### 3.1.2 Direito Social

Para Gurvitch:

[...] o direito social deve ser entendido como direito autônomo de comunhão, que integra objetivamente cada totalidade real ativa, que encarna um valor positivo extratemporal. Este direito deriva diretamente do "todo" em questão para regular sua vida interior, independentemente do fato de que esse "todo" seja organizado ou desorganizado. O direito de comunhão faz com que todos participem imediatamente na relação jurídica que dela emana, sem transformar esse "todo" em sujeito separado de seus membros. O "direito de integração" estabelece um "poder social" que não está essencialmente ligado a uma sujeição incondicional e que pode ser plenamente realizado na grande maioria dos casos por meio de uma obrigação relativa, da qual podemos escapar; sob certas condições em que esse poder social às vezes pode funcionar mesmo sem coerção. O direito social precede, em sua fase primária, qualquer organização do grupo e só pode se expressar de forma organizada se a associação se funda no direito da comunidade subjacente objetiva e permeada por ela, ou seja, quando constitui uma associação igualitária de colaboração e não uma associação hierárquica de dominação. O direito social se dirige, em sua fase organizada, a sujeitos jurídicos específicos – pessoas coletivas complexas – tão diferente dos sujeitos individuais isolados quanto de pessoas morais – unidades simples – que absorvem a multiplicidade de seus membros na vontade única da corporação ou estabelecimento. (GURVITCH, 2005, p. 20 *apud* VIEIRA, 2015).

Ainda, segundo Vieira (2015), Gurvitch caracteriza o direito social em sete aspectos para melhor o esclarecer. São eles: a) função geral, cujo objetivo é integrar totalmente uma comunidade; b) força vinculante, que constitui na elaboração direta

do direito pelo grupo, que se autorregula; c) objeto, é regramento interno do grupo do qual faz parte; d) estrutura da relação jurídica, ela ocorre por todos os membros do grupo, de forma direta; e) desnecessidade de coação, ou seja, nem sempre há a coação; f) predominância da forma inorganizada do direito social; e g) os destinatários do direito são coletivos ou sujeitos complexos.

Também, para Gurvitch, segundo Vieira (2015), o direito social pode ser dividido em cinco categorias: a) direito social organizado, que pressupõe organização (pode ser a positivação); b) direito social inorganizado, é espontâneo, no qual a fonte primária é a que predomina; c) direito social particular, é usufruído por apenas parte da sociedade; d) direito social comum, usufruído pela totalidade da comunidade; e) direito social puro, no qual as sanções não são utilizadas; e f) direito social condensado, é uma forma especial e está atrelado ao Estado, institucionalizado por códigos e constituído por colaboração efetiva da sociedade.

Assim, Vieira (2015, p. 16) constata que a concepção de direito de Gurvitch é pluralista, de base antiestatal e dialética, que extrai a sua fonte normativa da coletividade e que se opõe ao modelo do individualismo liberal. Tal pluralismo jurídico ressalta não apenas uma pluralidade de direitos, mas a existência de uma equivalência entre eles.

#### 4. BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS: AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Boaventura de Sousa Santos, conforme seu *Curriculum Vitae*, nasceu em 15 de novembro de 1940, em Coimbra. Possui Doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973) e é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e *Distinguished Legal Scholar* da Universidade de Wisconsin-Madison. Foi também Global Legal Scholar da Universidade de Warwick e Professor Visitante do Birkbeck College da Universidade de Londres. Também, é Diretor Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

Tem escrito e publicado extensivamente nas áreas de sociologia do direito, sociologia política, epistemologia, estudos pós-coloniais, e sobre os temas dos



movimentos sociais, globalização, teoria pós-colonial, democracia participativa, reforma do Estado, direitos humanos, com trabalho de campo realizado em Portugal, Brasil, Colômbia, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Bolívia e Equador. Os seus trabalhos encontram-se traduzidos em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, chinês, romeno e dinamarquês.

Boaventura de Sousa Santos possui intensa relação com o Brasil. No início da década de 1970 esteve morando por alguns meses na cidade do Rio de Janeiro (em uma favela) para realizar as pesquisas do seu doutorado.

## 4.1 SUAS IDEIAS SOCIOLÓGICAS

Boaventura de Sousa Santos é um crítico do racionalismo e do cartesianismo. Ele ressalta que a consistência das relações em sistema jurídico não pode ser logicamente comprovada. Ele questiona os conceitos de “causalidade e lei”, e desmistifica a pretensão de exatidão no manejo do direito, opondo-se ao positivismo jurídico e realçando que as pretensões de segurança e certeza inerentes à concepção moderna de ordem jurídica estão, a todo momento, confrontadas com expressões da crise de paradigma científico que as sustentou (SANTOS, 2000, p. 68-69 apud CANDAU, 2016).

### 4.1.1 Epistemologias do Sul

Sua proposta acerca das Epistemologias do Sul parte do pressuposto de que existem linhas imaginárias dividindo e polarizando o mundo entre Norte e Sul. Essa divisão é geopolítica. O Norte é considerado como “países de 1º mundo”, centrais, são os países da Europa e os Estados Unidos da América. Eles possuem o poderio econômico, militar (*hard power*) e cultural (*soft power*). O Sul é considerado como “países de 3º mundo”, periféricos, são os países Latino-Americanos.

A partir do Colonialismo e, na contemporaneidade, o Neocolonialismo, percebe-se uma relação de dependência dos países do Sul para com os países do Norte. Essa dependência fica evidenciada pela imposição da cultura e da ciência do Norte como sendo a única válida, desconsiderando-se o que é produzido no Sul.

Como afirma Fulvio de Moraes Gomes:

Essa soberania epistêmica engendrou aquilo a que o autor chama de epistemicídio. Este seria manifestado na supressão destruidora de alguns modelos de saberes locais, na desvalorização e hierarquização de tantos outros, o que levou ao desperdício – em nome dos desígnios colonialistas – da rica variedade de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multiformes cosmovisões por elas produzidas. (GOMES, 2012)

Boaventura afirma que o pensamento moderno tem um caráter “abissal”, isto é:

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, se torna inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (SANTOS, 2010, p.31-32 apud CANDAU, 2016)

Constatando-se esse cenário, deve-se romper com o pensamento “abissal” e reatribuir valores às identidades e culturas do Sul que foram, durante séculos, intencionalmente ignoradas pelo colonialismo. Além disso, critica o paradigma do conhecimento emergente afirmando que os textos culturais devem ser produzidos pelos sujeitos que estão introduzidos naquele lugar de fala.

#### 4.1.2 Ascensão do Fascismo Social

Segundo Santos (2001), o fascismo social é a polarização extrema da riqueza em muitos países. É a convivência com o medo, quando as pessoas vivem sem saber se amanhã estarão vivas, se terão emprego e liberdade. Essa condição de fascismo não está sendo produzida pelo Estado, mas sim, pelo motivo de a população não ter acesso a seus direitos e liberdades fundamentais.

Como exemplo disso, podemos citar o controle que facções criminosas exercem em favelas e bairros operários, eles não são o Estado, são máfias privadas. E eles exercem funções do Estado, como a justiça, por exemplo. O que também ocorre é uma colaboração entre o Estado e essas máfias, por exemplo, as polícias

que são corruptas e atuam em conjunção com as máfias. Como afirma Boaventura as relações sociais são fascistas porque um grupo social tem direito de veto sobre outros (SANTOS, 2001).

As formas fundamentais do fascismo social são:

a) Apartheid Social:

É a segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida entre Zonas Selvagens e Zonas Civilizadas. As Zonas Selvagens são as zonas do estado de natureza hobbesiano. As Zonas Civilizadas são as zonas do contrato social e vivem sob a constante ameaça das Zonas Selvagens. E que, para se defenderem, fecham-se em condomínios fechados como se fossem castelos neofeudais.

b) Fascismo do Estado Paralelo

Estado Paralelo se entende como a discrepância entre o direito escrito e a ação estatal prática. Consiste em uma dupla ação estatal nas Zonas Selvagens e nas Zonas Civilizadas. Nas Zonas Civilizadas o Estado age como protetor ainda que muitas vezes ineficaz ou não confiável. Nas Zonas Selvagens, o Estado age como predador, sem qualquer veleidade de observância do direito.

c) Fascismo Paraestatal

Trata-se da usurpação de prerrogativas estatais por parte de atores sociais muito poderosos, como grandes empresas. O fascismo paraestatal tem duas vertentes:

c.1) O Fascismo Contratual: ocorre quando a diferença de poder nas relações é tão grande que uma parte, vulnerável, aceita as obrigações contratuais estipuladas pela outra, mais poderosa, sem contestar, por falta de opção. Ocorre principalmente nas situações de privatização dos serviços públicos onde há a retirada gradual de direitos.

c.2) O Fascismo Territorial: existe sempre que atores sociais com forte capital patrimonial retiram ao estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, desrespeitando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses.

Aqui, como exemplo, podemos citar a operação lava-jato que congelou os



bens das grandes empresas empreiteiras envolvidas. Como grande parte das obras públicas de infraestrutura eram feitas por essas empreiteiras, para que elas pudessem fluir, o Estado foi obrigado a descongelá-las para que as obras voltassem a evoluir.

d) Fascismo Populista

Compreende a promoção da democratização do que na sociedade capitalista é indemocratizável. Isso se dá através de dispositivos de identificação imediata com formas de consumo e estilos de vida que estão fora do alcance da maioria da população, dia Boaventura (SANTOS, 1998).

e) Fascismo da Insegurança

Essa forma de Fascismo Social se trata da manipulação da insegurança das pessoas e grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho, por acidentes ou acontecimentos desestabilizadores. Desse modo, produzindo-lhes elevados níveis de ansiedade e de insegurança quanto ao presente e ao futuro, de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar a disponibilidade para suportar grandes encargos para obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança, comunica Boaventura (SANTOS, 1998).

f) Fascismo Financeiro

É aquele que comanda os mercados financeiros de valores e de moedas, a especulação financeira, um conjunto hoje designado como economia de cassino. Onde os movimentos financeiros são o produto de decisões de investidores individuais ou institucionais espalhados pelo mundo todo com o desejo lucrar.

A lógica do capitalismo globalizado confere um imenso poder discricionário ao capital financeiro que é suficientemente poderoso para abalar a economia ou a estabilidade política de qualquer país. Esse cenário implica no fim das ideias de desenvolvimento nacional e a intensificação da concorrência, não só entre trabalhadores, mas como entre países, como afirma Boaventura (SANTOS, 1998). Além disso, os Estados têm dificuldades em responsabilizar as empresas multinacionais por práticas ilegais ou de restringir a fuga de capitais para zonas de salários mais baixos.

## 5. CONCLUSÃO

A Sociologia Jurídica é um ramo da Sociologia aliada ao Direito que explora a influência dos fatores sociais sobre o Direito e a sociedade, como se viu. Nesse contexto, utilizando-se do método indutivo e a abordagem bibliográfica, explorou-se as ideias dos autores sociólogos Boaventura de Souza Santos e Georges Gurvitch representando ideias contemporâneas e clássicas, respectivamente.

Georges Gurvitch, nascido em 1894, de origem russa, tratou sobre o pluralismo jurídico e o direito social. Segundo Martins (2011), pode-se dizer que Gurvitch entende que o Direito surge da própria sociedade, não necessitando do Estado, mas apenas de fatos normativos que lhe dão existência e força obrigatória. E isso se reflete no pluralismo jurídico porque em um mesmo espaço geográfico e social pode haver mais de um sistema jurídico. Como exemplo pode-se citar os direitos nacionais coexistindo com os direitos de bloco – como a união europeia.

Ainda, para Gurvitch, segundo Vieira (2015), o direito social é aquele autônomo do poder judiciário, pode ter ou não, que advém do grupo social ao qual se integra. Ele tem objetivo de integrar a comunidade, tem força vinculante pela autorregulação dos grupos sociais, é o regramento interno do grupo do qual faz parte, é a estrutura da relação jurídica dos integrantes do grupo, é predominantemente inorganizado e complexo.

Boaventura de Sousa Santos, nascido em 1940, em Coimbra, explora as epistemologias do sul e a ascensão do fascismo social. As Epistemologias do Sul partem da polarização entre os hemisférios Norte e Sul. Como afirma Fulvio de Moraes Gomes (2012), nota-se a dependência dos países do Sul para com os do Norte pela imposição cultural e da ciência, esta última, como sendo a única válida, desconsiderando-se o que é produzido no Sul. Segundo Santos (2001), o fascismo social é a polarização extrema da riqueza em muitos países. Essa polarização não é produzida pelo Estado, mas pela dificuldade de acesso aos direitos e liberdades fundamentais por parte da população. Além disso, como afirma Santos (2001), o fascismo social se dá nas seguintes formas: apartheid social, fascismo do Estado paralelo, fascismo Paraestatal, fascismo Populista, fascismo da Insegurança e fascismo Financeiro.

A partir do que foi exposto, é possível responder ao questionamento inicial. Com efeito, percebe-se que ambos os autores contribuíram em larga medida para a sociologia jurídica, tendo em vista que destacam pontos importantes para que se entenda os reflexos da sociedade no Direito e vice-versa.

Eles abordam temas que respondem às questões do porquê se cria uma norma ou sistema jurídico, quais as consequências do Direito na vida social e as causas sociais da decadência do Direito, manifestadas pelo desuso e abolição de certas normas ou extinção de determinado sistema jurídico.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. “Ideias-Força” do pensamento de Boaventura de Souza Santos e A Educação Intercultural. **Educação Em Revista**. Belo Horizonte. V.32.n01 versão *online*, jan/mar 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/cjS9NB4DWjqv8ncCZg7RbDM/?lang=pt>. Acesso em 01 jun 2022.

GOMES, Fulvio de Moraes. As epistemologias do sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. **Revista Páginas de Filosofia**. São Paulo.V.4, n.2, jul/dez. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/view/3749/3357>. Acesso em: 02 jun 2022.

MARTINS, Daniele Comin . O Direito Social de Georges Gurvitch . **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16 , n. 3075, versão *online*, 2 dez. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20548>. Acesso em: 31 maio 2022.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica**: introdução a uma leitura externa do direito. 7. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Curriculum Vitae**. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/cv-e-nota-biografica.php>. Acesso em: 31 maio 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democracia convive com fascismo social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, versão *online*, 21 mai. 2001. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2105200102.htm>. Acesso em: 02 jun 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. Disponível em:  
[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Reinventar%20a%20Democracia\\_Gr](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Reinventar%20a%20Democracia_Gr%20adiva_1998.pdf)  
[adiva\\_1998.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Reinventar%20a%20Democracia_Gr%20adiva_1998.pdf). Acesso em: 02 jun 2022.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. Pluralismo Jurídico Clássico: A Contribuição de Ehrlich, Santi Romano e Gurvitch. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, ISSN 1516-6104, Rio de Janeiro, versão *online*, n.57, jun/set. 2020. Disponível em:  
<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/artigo05n47.pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.